



O Poder do Cidadão

O lema *O Poder do Cidadão* sintetiza com eficiência o programa de trabalho da Mesa que comanda a Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo desde março de 2005. E *O Poder do Cidadão* deve ser entendido como o pleno exercício dos deveres do Parlamento de São Paulo: debater e votar, cada vez mais, projetos que melhorem a vida das pessoas. No que se refere à administração da Assembléia, o conceito de *Poder do Cidadão* se reflete na busca incessante pela eficiência e na máxima potencialização dos recursos à disposição.

Atividade parlamentar

O ano de 2005 foi um dos mais dinâmicos da história da Assembléia Legislativa de São Paulo. Os deputados estaduais debateram e votaram cerca de 500 projetos, alguns dos quais tramitavam há anos no Legislativo. A Assembléia também realizou inúmeras audiências públicas e sessões extraordinárias, acolhendo demandas de amplos setores da sociedade paulista. Entre os projetos de maior relevância que foram aprovados pela Casa, de iniciativa de outros poderes, de parlamentares ou de setores da sociedade civil, destacam-se a redução de impostos em várias atividades econômicas como micro-empresa, gêneros alimentícios, energia elétrica para consumidores de baixa renda, material de construção popular, entre outros. ►►



► **Consolidação das leis paulistas**

Leis que autorizam o “castigo moderado” de alunos do ensino público, concedem recursos para o combate ao comunismo, orientam a política de incentivo a migração de colonos europeus ou determinam a concessão de pensão ao maestro Carlos Gomes faziam parte do rol de mais de 25.000 leis em vigor em São Paulo. “Toda essa confusão configurava um verdadeiro cipoal legislativo, tornando a Justiça mais lenta”, avalia o presidente Rodrigo Garcia.

O projeto de consolidação das leis paulistas representa um passo muito importante na simplificação e agilização do arcabouço legal. Em dezembro, a Assembléia aprovou sete projetos, revogando cerca de 3.300 leis promulgadas entre 1891 (data da primeira Constituição republicana) e 1937, quando o Estado Novo fechou os Paramentos estaduais. Também foi aprovada uma proposta de emenda constitucional, com 54 alterações à Constituição Estadual, exigidas pelas modificações que a Carta Federal sofreu desde sua promulgação, em 1988.

O próximo passo da consolidação será revogar outras leis obsoletas, promulgadas entre 1937 e 1972. Em seguida, o Legislativo paulista pretende separar as leis em vigor por temas e consolidar cada conjunto em um só diploma legal.

Mais perto da sociedade

O ano de 2005 também ficará marcado como um momento especial na aproximação entre o Legislativo e a sociedade civil paulista. Como você verá ao longo desta edição, a Assembléia firmou protocolos de intenções com 41 entidades representativas de amplos setores, que, assim, ganharam condições de acompanhar e influir de forma mais direta na tramitação de projetos de seu interesse. Por decisão da Mesa, o Portal da Assembléia — totalmente reformulado — passou a trazer a prestação de contas dos gastos de gabinete dos deputados, em uma iniciativa que denota, com clareza, o compromisso para com a transparência.

Destaque, ainda, para a sétima edição do Parlamento Jovem, que trouxe a São Paulo 94 jovens de todo o Estado. Ao longo de um dia, eles debateram e votaram projetos, conhecendo melhor o funcionamento do Legislativo, o que, espera-se, auxiliará no desabrochar de novas vocações.

Buscando eficiência

A Mesa Diretora também coordenou um amplo processo de busca por maior eficiência administrativa na Assembléia. Uma das prioridades tem sido o esforço por potencializar os recursos da casa. A instituição de pregões presenciais, por exemplo, permitiu economia significativa na aquisição de produtos e serviços. Somente na contratação de seguros houve economia de R\$ 143 mil (33,7% em relação à previsão).

Uma negociação inédita com bancos oficiais permitiu que a Assembléia Legislativa recebesse R\$ 12 milhões em recursos extra-orçamentários, que serão empregados modernização da frota e na ampliação da sede — uma necessidade antiga, já que o projeto original contemplava pouco mais da metade do número atual de parlamentares.

Como resultado final desse amplo trabalho de reestruturação, a Assembléia Legislativa devolve aos cofres do Governo do Estado cerca de R\$ 20 milhões em recursos.

Projetos aprovados, a Assembléia Legislativa aberta para a sociedade paulista, administração eficiente, transparência no relacionamento com a comunidade: esse é o Parlamento de São Paulo cumprindo seu dever. Muito mais do que um lema, esse é *O Poder do Cidadão* sendo exercido no cotidiano, em benefício da sociedade. ■